

# Congresso tenta hoje reativar fundo extinto

João Aurélio de Abreu

O Congresso Nacional tenta hoje, às 11 horas, reativar o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) extintos pelo Governo Federal. Os dois fundos movimentam, anualmente, cerca de US\$ 800 milhões, representam incentivos fiscais para as indústrias e empresas que funcionam nas duas regiões. Tanto o Finam como o Finor são constituídos, prioritariamente, por recursos arrecadados do Imposto de Renda de empresas de todo o País.

Ao enviar ao Congresso Nacional sua proposta de orçamento para o próximo ano, o governo não mencionou o montante que seria destinado ao Finam e Finor e, através da Lei nº 8.034, simplesmente os extinguiu, provocando a reação dos parlamentares das duas regiões. As bancadas do Norte e Nordeste procuraram no ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, nascido no Acre e que fez sua carreira política no Pará, um aliado. O governo acabou cedendo às pressões, enviando ao Legislativo um projeto de lei complementar regulamentando os dois fundos. Mas não satisfez os parlamentares, que acabaram apresentando um substitutivo, de autoria do deputado José Luiz Maia (PDS-PI).

Para facilitar a aprovação do projeto, os deputados decidiram transformar a proposta de lei complementar em lei ordinária. A lei complementar necessita da aprovação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, enquanto a lei ordinária precisa apenas de maioria simples. O argumento para a transformação é o de

que a proposta de lei complementar deve estar prevista na Constituição, o que não ocorre no caso do Finam e do Finor.

## Acordo

Apesar do interesse dos nortistas e nordestinos pela aprovação do projeto que restitui os dois fundos, está difícil de se conseguir um acordo entre os próprios parlamentares. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) disse ontem que não permitirá que o projeto seja aprovado no Senado Federal. "A proposta mantém a centralização absoluta do secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, e isso eu não aceito", justificou o senador. O secretário ficaria com a última palavra na hora de distribuir os recursos.

O ponto mais criticado por Mansueto é o dispositivo que permite as empresas converterem suas dívidas com o Fundo em ações. Sem essa conversão, a empresa deve pagar o incentivo fiscal com correção monetária, calculada de acordo com a variação do BTNF, mais juros de no mínimo 4%. "Como o valor da ação é estipulado pela própria empresa, através de seus balancetes, esses empresários ficariam livres de pagar os juros e a correção monetária, na prática", protestou Mansueto.

Além disso, ele não gostou de receber a proposta no último dia do esforço concentrado. "Não dá tempo de analisar nada", reclamou. Por isso, ele irá propor a bancada dos representantes das duas regiões um projeto muito simples, com apenas a revogação dos dispositivos da Lei 8034, que extinguiu o Finor e o Finam e o estabelecimento de um prazo de seis meses para que uma comissão mista do Congresso Nacional reavalie os incentivos fiscais regionais.